

Delga Indústria e Comércio S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Delga Indústria e Comércio S.A.**

Diadema – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Delga Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Delga Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão do ICMS de suas respectivas bases de cálculo

Veja Notas Explicativas nº 9, 25 e 26 às demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Durante o exercício de 2020, a Companhia registrou montantes relevantes em suas demonstrações financeiras relativos a créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS em sua base de cálculo, os quais foram mensurados com base na melhor estimativa da Companhia, o que incluiu o exercício de julgamentos e utilização de premissas referentes ao valor dos respectivos créditos, tais como as transações elegíveis para a tomada de créditos.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento significativo na determinação das premissas base da mensuração do referido ativo e à incerteza associada com a estimativa que possui risco significativo de provocar ajuste material no valor contábil da referida rubrica ao longo do próximo exercício social, consideramos este como o principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação, com auxílio dos nossos especialistas tributários, do processo da Companhia para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários.– Avaliação, com auxílio dos nossos especialistas tributários e jurídicos, da documentação de suporte ao crédito e das opiniões legais emitidas por assessores jurídicos externos da Companhia contendo os aspectos legais e tributários da legislação brasileira que suportam o mérito e a argumentação que orientaram a Companhia sobre o reconhecimento e a mensuração do referido ativo.– Em base amostral, recalculamos o montante de créditos fiscais reconhecidos e obtivemos documentação suporte para os itens selecionados para teste documental.– Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a apresentação dos referidos créditos tributários, os quais não foram registrados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos referidos créditos tributários, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Carlos da Costa Lima Junior
Contador CRC 1SP243339/O-9

Delga Indústria e Comércio S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2020	2019	Passivos	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.152	165	Empréstimos e financiamentos	13	19.113	14.622
Aplicações financeiras	6	7.012	99	Debêntures	14	3.906	16.081
Contas a receber de clientes	7	13.129	33.077	Fornecedores	15	57.465	53.752
Estoques	8	84.933	110.585	Obrigações trabalhistas e sociais	16	28.335	34.775
Impostos a recuperar	9	38.763	24.496	Obrigações fiscais e tributárias	17	11.820	12.543
Outros créditos		<u>802</u>	<u>613</u>	Imposto de renda e contribuição social a recolher	28	10.044	1.624
Total do ativo circulante		<u>153.791</u>	<u>169.035</u>	Parcelamentos de impostos	18	28.878	21.445
Empréstimos à partes relacionadas	10a	5.825	5.325	Adiantamento de clientes	19	9.925	22.547
Aplicações financeiras	6	2.291	1.642	Empréstimos de partes relacionadas	10b	1.804	2.274
Impostos a recuperar	9	74.590	15.847	Arrendamentos a pagar	11	1.239	-
Depósitos judiciais	20	2.393	2.446	Outras contas a pagar		<u>2.088</u>	<u>1.298</u>
Outros créditos		<u>123</u>	<u>123</u>	Total do passivo circulante		<u>174.617</u>	<u>180.961</u>
Total do realizável a longo prazo		<u>85.222</u>	<u>25.383</u>	Empréstimos e financiamentos	13	18.581	13.739
Direito de uso	11	12.405	-	Debêntures	14	89.073	83.480
Imobilizado	12	181.310	191.719	Parcelamentos de impostos	18	73.212	74.006
Intangível		<u>550</u>	<u>392</u>	Outras contas a pagar		4.920	-
Total do ativo não circulante		<u>279.487</u>	<u>217.494</u>	Adiantamento de clientes	19	8.667	-
				Arrendamentos a pagar	11	11.791	-
				Passivo fiscal diferido		-	1.003
				Provisão para perda em processos judiciais	20	<u>1.468</u>	<u>1.468</u>
				Total do passivo não circulante		<u>207.712</u>	<u>173.696</u>
				Patrimônio líquido	21		
				Capital social		47.299	47.299
				Reserva legal		964	-
				Lucros (prejuízos) acumulados		<u>2.686</u>	<u>(15.427)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>50.949</u>	<u>31.872</u>
Total do ativo		<u><u>433.278</u></u>	<u><u>386.529</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>433.278</u></u>	<u><u>386.529</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita líquida	22	384.505	626.940
Custos dos produtos vendidos	23	<u>(399.899)</u>	<u>(565.269)</u>
Margem bruta		<u>(15.394)</u>	<u>61.671</u>
Despesas administrativas e gerais	24	(25.047)	(26.031)
Outras receitas operacionais	25	<u>59.735</u>	<u>9.749</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>19.294</u>	<u>45.389</u>
Receitas financeiras	26	32.765	8.113
Despesas financeiras	26	<u>(23.747)</u>	<u>(48.153)</u>
Resultado financeiro líquido	26	<u>9.018</u>	<u>(40.040)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>28.312</u>	<u>5.349</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	27	(10.045)	(1.624)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	27	<u>1.003</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>19.270</u></u>	<u><u>3.725</u></u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico	28	0,00041	0,00008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	19.270	3.725
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>19.270</u></u>	<u><u>3.725</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2019	<u>47.299</u>	<u>-</u>	<u>(19.152)</u>	<u>28.147</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	3.725	3.725
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>47.299</u>	<u>-</u>	<u>(15.427)</u>	<u>31.872</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	19.270	19.270
Reserva legal	-	964	(964)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(194)	(194)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>47.299</u>	<u>964</u>	<u>2.686</u>	<u>50.949</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		28.312	5.349
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		13.407	13.364
Depreciação direito de uso	11	886	-
Juros sobre empréstimos à partes relacionadas	10	(500)	(461)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	3.322	(211)
Juros sobre debêntures	14	4.052	4.210
Juros sobre arrendamentos	11	522	-
Reversão de provisão de perda esperadas de créditos a receber	7	-	(25)
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	12	416	1.956
Encargos de duplicatas descontadas		2.391	3.144
Créditos extemporâneos		(86.131)	-
Variações em:			
Contas a receber de clientes		17.556	(15.888)
Estoques	8	25.652	(26.756)
Impostos a recuperar	9	13.122	27.705
Outros créditos		(189)	425
Aplicações financeiras	20	(7.562)	1.080
Depósitos judiciais	6	53	110
Fornecedores	15	3.713	2.682
Obrigações trabalhistas e sociais	16	(6.440)	9.383
Obrigações fiscais e tributárias e parcelamentos de impostos	17 e 18	5.918	1.337
Adiantamento de clientes	19	(3.955)	9.667
Outras contas a pagar		<u>5.514</u>	<u>810</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>20.059</u>	<u>37.881</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.624)	(12.525)
Juros pagos sobre arrendamentos		(522)	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	13 e 14	<u>(5.707)</u>	<u>(1.762)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>12.206</u>	<u>23.594</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de intangível		(330)	(657)
Aquisição de imobilizado	12	<u>(3.241)</u>	<u>(10.568)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(3.571)</u>	<u>(11.225)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos à partes relacionadas	10	(470)	(180)
Pagamento de principal sobre arrendamento	11	(261)	-
Pagamento de principal sobre empréstimos e financiamentos	13	(15.617)	(22.792)
Debêntures pagas	14	(6.921)	(3.280)
Captação de empréstimos e financiamentos	13	<u>23.621</u>	<u>13.935</u>
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		<u>352</u>	<u>(12.317)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>8.987</u>	<u>52</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6	165	113
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6	<u>9.152</u>	<u>165</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Delga Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de agosto de 1968, que tem como atividades principais a estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.

Sua sede está localizada à rua Álvares Cabral, nº 1.559, no Município de Diadema, estado de São Paulo, com filiais nos municípios de São Paulo e Ferraz de Vasconcelos, ambos no Estado de São Paulo e também em São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia é controlada pela holding Delga Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado que detém 99,99% de participação na Companhia.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou em suas demonstrações financeiras capital circulante negativo em R\$ 20.826 (R\$ 11.926 em 31 de dezembro de 2019), principalmente em função do impacto da queda das vendas no contas a receber e captação de nova linha de crédito (capital de giro) e novos parcelamentos de impostos, impacto atenuado pela prorrogação do período de carência do pagamento do principal das debêntures até setembro de 2021.

Planos da Administração

A Companhia avaliou e concluiu que ajustou suas necessidades de capital de giro em relação ao seu fluxo de caixa, não havendo problemas de liquidez em decorrência dessa situação, apresentando em 31 de dezembro de 2020 um EBITDA (representado pelo Lucro líquido do exercício deduzido o Imposto de renda e contribuição social – corrente e Imposto de renda e contribuição social – diferidos, deduzido o resultado financeiro líquido e deduzido pela depreciação e amortização de R\$ 33.587 (R\$ 58.753 em 31 de dezembro de 2019).

Também, a Companhia apresentou margem negativa em 31 de dezembro de 2020 em R\$ 15.394 (margem positiva de R\$ 61.671 em 2019) decorrente da queda abrupta da receita em função da pandemia do COVID-19, custos para reestruturação, em especial, as rescisões trabalhistas, e não diluição dos custos fixos e despesas na mesma proporção da queda da receita, o que a Companhia entende que será revertido no próximo exercício em função da recuperação de volumes de produção e faturamento, com impacto positivo de novos negócios conquistados ao longo do período de junho a dezembro de 2020.

O surto da pandemia da COVID-19 e as medidas adotadas pelo governo no Brasil para mitigar sua disseminação impactaram a Companhia. Estas medidas obrigaram a Companhia a fechar fábricas por quase dois meses durante 2020, além de ter que adequar sua estrutura de produção em função da queda abrupta de volumes. Isto teve um impacto negativo no desempenho financeiro da Companhia durante o ano e também na sua posição de liquidez.

Para responder a um cenário negativo severo, a Administração tem a capacidade de tomar ações de mitigação para reduzir custos, otimizar o fluxo de caixa e preservar a liquidez.

Em março de 2020, quando foi reconhecida a pandemia da COVID-19, a Companhia sabia que 2020 seria um ano extremamente desafiador, e que seria necessário um esforço brutal, não só para mitigar os efeitos da crise, mas também para prepará-la para a retomada dos negócios, sem descuidar da segurança e bem estar de seus colaboradores.

A Companhia teve um impacto negativo de 67,7% nas receitas apenas no período de março a maio de 2020, com queda de cerca de 39% no exercício 2020. As principais medidas adotadas pela Companhia para gestão da crise, com foco não apenas no curto prazo, porém, e, principalmente, no médio e longo prazo, foram as seguintes.

Foi adotada uma gestão financeira extremamente rígida, focada na liquidez, apoiada em intensas negociações com clientes, fornecedores estratégicos e instituições financeiras, através da qual foi obtido o equilíbrio do caixa, evitando qualquer tipo de estresse comercial ou financeiro.

Internamente, foram tomadas várias medidas para adequar a estrutura da Companhia a uma nova realidade e volume de negócios, a exemplo da redução de *headcount* e folha de pagamento, além de várias ações visando a redução de custos e despesas fixas, com utilização de ferramentas como a Medida Provisória para Manutenção do Emprego e Renda e negociações sindicais, entre outras.

Em termos de relacionamento com o mercado, a Companhia adotou uma postura de transparência total em relação aos impactos da crise e aos planos para sua superação, os quais foram bem aceitos e propiciaram o estreitamento de relacionamentos comerciais, fato demonstrado pela nomeação de novos projetos com faturamento anualizado superior a R\$ 200 milhões, com efeito para o próximo exercício.

Ainda há incerteza sobre como o futuro desenvolvimento da pandemia afetará os negócios da Companhia e a demanda dos clientes por seus produtos. Na data de autorização das demonstrações financeiras, a Companhia dispunha de liquidez de caixa satisfatória.

As principais preocupações da administração são:

- Desabastecimento de materiais: desde o 3º trimestre de 2020, a Companhia tem convivido com problemas no abastecimento de materiais, em especial, o aço, principal insumo, em função da velocidade de retomada de produção e entregas por parte das usinas. Além deste insumo, nos causa preocupação possível desabastecimento de outros materiais utilizados pela cadeia produtiva do setor automotivo, em função do risco de paradas de linha. Houve aumento significativo no custo do aço, porém, cremos em sucesso para os devidos repasses aos preços de vendas; e
- Nos causa preocupação possíveis reflexos negativos do aumento recente dos casos e as incertezas em relação ao cronograma de vacinação da população sobre a recuperação do setor Automotivo e economia em geral.

Baseada nesses fatores, a Administração está segura quanto a Companhia possuir recursos adequados disponíveis suficientes para a continuidade de suas operações. Ainda assim, caso o plano estabelecido não se concretize por algum motivo e a geração de caixa não seja a esperada, os acionistas se comprometem a prover com os recursos financeiros necessários para garantir a continuidade dos negócios pelo menos nos próximos 12 meses. A Companhia não identificou qualquer outro impacto significativo em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 decorrente dos efeitos da pandemia, tais como recuperabilidade dos ativos (*impairment*) e necessidade de revisão das provisões.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 21 de maio de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 3(j)** – Prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7** – Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber de clientes: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 8** – Estoques – Reconhecimento e mensuração de provisão para obsolescências dos estoques;
- **Nota explicativa nº 9** – Impostos a recuperar – Transações elegíveis para a tomada de crédito na mensuração dos créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo;
- **Nota explicativa nº 12** - Ativo imobilizado - Definição de vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado e teste de redução do valor recuperável dos bens do ativo imobilizado pelo método de valor justo menos custo de venda com base em dados não observáveis significativos; e
- **Nota explicativa nº 20**- Provisão para perdas em processos judiciais - reconhecimento e mensuração de provisões para perdas em processos judiciais - Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos.

(iii) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); e
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2.

- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 29.

3 Principais políticas contábeis

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis terceiros	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software 1- 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

g. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- - ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- - investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- - ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A política da Companhia para a constituição da provisão de crédito de liquidação duvidosa leva em conta a análise qualitativa dos títulos vencidos, considerando:

- 100% do mercado privado com títulos vencidos acima de 360 dias;
- títulos vencidos acima de 360 dias para o mercado público desde que não haja nenhuma negociação em curso.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. São mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- - dificuldades financeiras significativas do cliente;
- - probabilidade que o devedor estará em falência ou passará por outro tipo de reorganização;
- - o desaparecimento de mercado ativo para o título por conta das dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, representados substancialmente pelos estoques e imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa (“UGC”) exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil ou sua unidade geradora de caixa (“UGC”) que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não identificou indicadores de perda no valor de seus ativos não financeiros.

h. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i. Benefício a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia usa a definição de arrendamento do CPC 06 (R2).

A Companhia arrenda galpões. Esses arrendamentos normalmente duram cinco anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. Os arrendamentos de galpões foram firmados há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações.

(i) Como arrendatária

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente para a Companhia no final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente, que é determinada nas mesmas bases do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado.

A taxa incremental nominal aplicada em 31 de dezembro de 2020 foi de 11,65% ao ano.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia arrenda equipamentos de TI com prazos de contrato de um a três anos. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. A Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos.

I. Receita operacional

Venda de produtos

A receita operacional de venda de produtos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente, ou seja, quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

O controle do ativo refere-se à capacidade de determinar o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes do ativo. O controle inclui a capacidade de evitar que outras entidades direcionem o uso do ativo e obtenham benefícios desse ativo.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, variações monetárias e cambiais ativas; e

- Despesas com juros e encargos sobre empréstimos e impostos parcelados, variações monetárias e cambiais passivas e taxas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(iii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	25	30
Bancos conta movimento	<u>9.127</u>	<u>135</u>
	<u><u>9.152</u></u>	<u><u>165</u></u>

A análise de exposição da Companhia a riscos de crédito está demonstrada na nota explicativa nº 29.

6 Aplicações financeiras

	2020	2019
Aplicações financeiras	<u>9.303</u>	<u>1.741</u>
	<u><u>9.303</u></u>	<u><u>1.741</u></u>
Circulante	7.012	99
Não circulante	2.291	1.642

As aplicações financeiras estão compostas por aplicações em fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração.

O objetivo do fundo é buscar proporcionar rentabilidade aos acionistas, por meio da aplicação dos seus recursos, preponderantemente, em ativos financeiros e modalidades operacionais que acompanhem, direta ou indiretamente, a variação da taxa de juros do Depósito Interfinanceiro - DI, divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP. A exposição da carteira às oscilações da taxa de juros do Depósito Interfinanceiro - DI será mantida mesmo na hipótese de alta volatilidade dos preços dos ativos e dessa taxa de juros.

7 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Clientes nacionais	28.593	46.314
Clientes estrangeiros (Nota nº 29)	325	2.616
	28.918	48.930
(-) Antecipação de recebíveis (i)	(15.789)	(15.853)
	13.129	33.077

- (i) O saldo refere-se a operação bancária de antecipação de recebíveis baseada na transferência de domicílio bancário simples sem garantia ou caução de contas a receber e sem coobrigação e com depósito de documentos pela Companhia.

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira individualizada de seus clientes, e estabelece limite individual de crédito e acompanha permanentemente o saldo devedor dos mesmos. A provisão para perda esperada no contas a receber de clientes foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas ocorridas na média dos últimos 3 anos; a situação do grupo econômico ao qual pertencem; e as respectivas garantias reais recebidas.

A provisão para perda esperada tem a seguinte movimentação nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Saldo inicial	-	25
Reversão	-	(25)
Saldo final	-	-

A Companhia vende produtos e componentes para empresas de grande porte e substancialmente no setor automotivo, com a seguinte participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

Cliente	% de concentração
Volkswagen (“VW”)	26%
Scania	23%
General Motors (“GM”)	13%
Meritor	9%
Mercedes Benz	8%
Outros	21%
Total	100,00%

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	2020	2019
A vencer:		
de 1 a 30 dias	21.584	40.588
a mais de 30 dias	<u>4.302</u>	<u>5.393</u>
	<u>25.886</u>	<u>45.981</u>
Vencidos:		
de 1 a 30 dias	827	922
de 31 a 90 dias	743	960
de 91 a 180 dias	1.462	(20)
há mais de 180 dias	<u>-</u>	<u>1.087</u>
	<u>3.032</u>	<u>2.949</u>
	<u><u>28.918</u></u>	<u><u>48.930</u></u>

O contrato de empréstimo firmado com o BNDES exige garantia de recebíveis equivalentes a 3 (três) parcelas a vencer registradas em conta separada no montante total de R\$ 1.642.

8 Estoques

	2020	2019
Produtos acabados	14.248	18.179
Produtos semi acabados	30.783	33.807
Matérias-primas	22.721	16.964
Materiais de consumo auxiliares e outros	2.142	1.951
Ferramentais em construção (i)	12.768	25.062
Sucata	81	85
Produtos em elaboração	943	1.708
Importações em andamento	-	8.040
Adiantamento a fornecedores	<u>1.247</u>	<u>4.789</u>
	<u><u>84.933</u></u>	<u><u>110.585</u></u>

- (i) A Companhia efetuou a venda dos ferramentais às montadoras VW e GM, após passados os processos de aprovação, tendo assim a baixa dos saldos da conta supracitada.

Não há estoques da Companhia dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A Companhia não registrou provisões para perda com estoques em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

9 Impostos a recuperar

	2020	2019
IPI a recuperar	6.833	4.280
ICMS a recuperar	101	633
IRPJ a compensar	455	455
Crédito extemporâneo	567	567
Crédito ação PIS e COFINS - ICMS na base de cálculo (i)	102.258	31.388
ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado	848	1.206
PIS a recuperar sobre aquisição de imobilizado	212	235
COFINS a recuperar sobre aquisição de imobilizado	572	1.069
Outros	1.507	510
	113.353	40.343
Circulante	38.763	24.496
Não Circulante	74.590	15.847

(i) Em 29 de novembro de 2018 ocorreu o trânsito em julgado no qual a Companhia obteve êxito em ação contra a Fazenda Federal, relacionada a discussão acerca da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Foi confirmado o direito da Companhia de compensar os valores indevidamente recolhidos à título destes tributos no período de 2002 a 2016. No reconhecimento inicial, a Companhia considerou como sua melhor estimativa de valor a apuração dos créditos pelo ICMS líquido a pagar. Como consequência, reconheceu o valor de R\$ 58.865 em 2018. Considerando a evolução do tema e baseado na avaliação atual da Companhia, que leva em consideração novos fatos ocorridos em 2020 (prazo expirado para a União impetrar recursos após o trânsito em julgado – prazo para ação rescisória), a Companhia reconheceu em 2020 os créditos daquela ação, porém correspondente a diferença do critério de apuração pela metodologia do ICMS destacado na nota fiscal, até então considerado ativo contingente pela Companhia, no montante total de R\$ 86.131 na rubrica “Impostos a recuperar”, sendo R\$ 24.114 (28%) no circulante e R\$ 62.017 (72%) no não circulante, de acordo com estimativas de utilização, com contrapartida no resultado, sendo o principal de R\$ 58.134 em “Outras receitas operacionais” e R\$ 27.997, referente a atualização do crédito (Taxa Selic), em “Receitas financeiras”. Adicionalmente, a Companhia possui créditos ainda não registrados por não haver elementos suficientes para a mensuração confiável do valor, referentes a filiais e períodos específicos que abrangem o período de 2002 a 2006.

A Companhia registrou o montante de R\$ 6.322 referente aos honorários advocatícios incidentes sobre o êxito do processo, na rubrica de outras contas a pagar.

10 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações mantidas com sua controladora, coligadas, acionistas e demais profissionais-chave da Administração.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

a. Ativo não circulante

	2020	2019
<i>Empréstimos concedidos:</i>		
Tamet Estamparia Pesada Ltda. (i)	2.570	2.355
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda. (ii)	3.255	2.970
	5.825	5.325

- (i) Refere-se a empréstimos de mútuo com empresa ligada para cobertura de caixa sem prazo de vencimento definido e com taxa de juros de 0,94% a.m.
- (ii) Refere-se a empréstimos de mútuo com empresa ligada para cobertura de caixa sem prazo de vencimento definido e com taxa de juros de 0,99% a.m.

Movimentação de empréstimos à partes relacionadas

Empresa	31/12/2019	Recebimento principal	Provisão de juros	Recebimento de juros	31/12/2020
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	2.355	-	215	-	2.570
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	2.970	-	285	-	3.255
	5.325		500		5.825

Empresa	31/12/2018	Recebimento principal	Provisão de juros	Recebimento de juros	31/12/2019
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	2.154	-	201	-	2.355
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	2.710	-	260	-	2.970
	4.864	-	461	-	5.325

b. Passivo circulante

	2020	2019
<i>Fornecedores (Nota nº 15)</i>		
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	3.358	-
	3.358	-

Saldo de obrigações pelo aluguel de instalações conforme condições específicas acordadas entre as partes.

	2020	2019
<i>Empréstimos à pagar:</i>		
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	1.804	2.274
	1.804	2.274

Refere-se a quitação do PERT da Delga através de prejuízos fiscais da Tamet (mesmo Grupo Econômico), sem adição de juros ou correção monetária.

c. Resultado

	2020	2019
<i>Custos e despesas:</i>		
Delga Participações S.A. (i)	(2.324)	(2.126)
Fobrasa Com. de Máquinas Ltda. (ii)	(396)	(397)
	(2.720)	(2.523)

- (i) Refere-se a custo com aluguel de instalações junto a controladora pelas filiais de Diadema e Ferraz de Vasconcelos com prazo indeterminado e atualização com base no ICV/Diese e IGPM, respectivamente.
- (ii) Refere-se a custo com aluguel de instalações junto a controladora prazo indeterminado e atualização com base no INPC/IBGE.

Controladora

A controladora da Companhia é a Delga Participações S.A., que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social, a qual é controlada pelos acionistas Maria Ione Victollo Delgado, Carla Milena Delgado, Vanessa Augusta Delgado de Azevedo Pimentel e Antonio Augusto Delgado Junior.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2020 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 1.668 (R\$ 1.193 em 2019) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

11 Direito de uso e arrendamentos a pagar

a. Movimentação direito de uso

	Terrenos e edifícios
Em 1º de janeiro de 2020	-
Adições	13.291
Despesas de depreciação do exercício	(886)
Em 31 de dezembro de 2020	12.405

b. Movimentação dos arrendamentos a pagar

31/12/2019	Adição	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2020
-	13.291	(261)	(522)	522	13.030
-	13.291	(261)	(522)	522	13.030

	2020	2019
Arrendamentos a pagar	13.030	-
Circulante	1.239	-
Não Circulante	11.791	-

As adições dos contratos de arrendamentos são transações que não afetam caixa.

12 Ativo imobilizado

As movimentações do imobilizado em 2020 e 2019 estão demonstradas nos quadros a seguir:

a. Custo

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2020
Terrenos	294	-	-	-	294
Edifícios	10.243	-	-	-	10.243
Gastos pré-operacionais	1.956	-	(416)	-	1.540
Instalações	21.940	70	-	-	22.010
Máquinas e equipamentos	195.156	518	-	-	195.675
Móveis e utensílios	952	19	-	-	970
Veículos	1.528	22	-	-	1.550
Equipamentos CPD	1.735	28	-	-	1.764
Aparelhos e acessórios	5.021	10	-	-	5.031
Benefitorias em imóveis	54.038	-	-	-	54.038
Veículos industriais	95	-	-	-	95
Instalações administrativas	384	-	-	-	384
Embalagens Industriais	6.371	869	-	-	7.241
Bens de pequeno valor	-	1	-	-	1
Ferramentas	292	-	-	-	292
Imobilizações em andamento	8.143	1.704	-	-	9.847
Total do custo	308.148	3.241	(416)	-	310.975

	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2019
Terrenos	294	-	-	-	294
Edifícios	10.243	-	-	-	10.243
Gastos pré-operacionais	2.214	-	(258)	-	1.956
Instalações	21.042	1.786	(888)	-	21.940
Máquinas e equipamentos	199.154	1.717	(5.717)	2	195.156
Móveis e utensílios	1.518	107	(673)	-	952
Veículos	1.585	-	(57)	-	1.528
Equipamentos CPD	1.762	82	(109)	-	1.735
Aparelhos e acessórios	6.294	119	(1.392)	-	5.021
Benefitorias em imóveis	54.072	-	(34)	-	54.038
Veículos industriais	496	-	(401)	-	95
Instalações administrativas	346	39	-	-	384
Embalagens Industriais	6.105	279	(10)	(2)	6.371
Bens de pequeno valor	29	105	(135)	-	-
Ferramentas	834	5	(546)	-	292
Imobilizações em andamento	2.421	6.329	(607)	-	8.143
Total do custo	308.409	10.568	(10.827)	-	308.148

b. Depreciação acumulada

	Taxa de depreciação % a.a.	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Edifícios	4	(10.061)	(2.563)	-	(12.624)
Instalações	10	(12.137)	(1.415)	-	(13.552)
Máquinas e equipamentos	5	(83.189)	(7.941)	-	(91.131)
Móveis e utensílios	10	(666)	(58)	-	(724)
Veículos	20	(1.230)	(6)	-	(1.236)
Equipamentos CPD	20	(1.605)	(35)	-	(1.640)
Aparelhos e acessórios	10	(4.033)	(447)	-	(4.480)
Veículos industriais	20	(94)	-	-	(94)
Embalagens industriais	10	(2.926)	(731)	-	(3.657)
Bens de pequeno valor	100	-	(1)	-	(1)
Instalações administrativas	20	(232)	(32)	-	(264)
Ferramentas	10	(256)	(6)	-	(262)
Total da depreciação acumulada		(116.429)	(13.234)	-	(129.665)
Imobilizado líquido		191.719	(9.993)	(416)	(181.310)

	Taxa de depreciação % a.a.	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Edifícios	4	(7.529)	(2.563)	31	(10.061)
Instalações	10	(11.644)	(1.383)	888	(12.137)
Máquinas e equipamentos	5	(80.573)	(8.125)	5.509	(83.189)
Móveis e utensílios	10	(1.224)	(87)	645	(666)
Veículos	20	(1.274)	(13)	57	(1.230)
Equipamentos CPD	20	(1.675)	(39)	109	(1.605)
Aparelhos e acessórios	10	(4.905)	(473)	1.345	(4.033)
Veículos industriais	20	(495)	-	401	(94)
Embalagens industriais	10	(2.297)	(629)	-	(2.926)
Bens de pequeno valor	100	(29)	-	29	-
Instalações administrativas	20	(201)	(31)	-	(232)
Ferramentas	10	(767)	(13)	524	(256)
Total da depreciação acumulada		(112.613)	(13.356)	9.538	(116.429)
Imobilizado líquido		195.796	(2.788)	(1.289)	191.719

A Companhia efetuou avaliação da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem imóveis dados em garantia de dívidas, no valor líquido contábil de R\$ 16.308.

Não houve custos de capitalização de empréstimos oriundos de imobilização incorridos no exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

13 Empréstimos e financiamentos

A composição do saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está assim demonstrada:

Instituição	Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	2020	2019
Bradesco e Banco do Brasil	Finame	Reais	15/01/2020	2,50% a 6,00% a.a.	-	232
Daycoval, Santander, Banco do Brasil, Bradesco e Pine	Capital de giro	Reais	31/10/2022	3,50% a 15,39% a.a	31.210	18.428
BNDDES	Capital de giro	Reais	05/08/2021	4,17% a.a. + SELIC	6.484	9.701
Total					<u>37.694</u>	<u>28.361</u>
Passivo circulante					19.113	14.622
Passivo não circulante					18.581	13.739

Principais *Covenants*: Não sofrer protesto cambial, não requer recuperação extrajudicial ou judicial, não haver processo de falência, não sofrer ação judicial ou procedimento fiscal que coloque em risco as garantias constituídas, não promover alterações societárias relacionadas a fusão, cisão, liquidação, dissolução, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária sem a prévia anuência do banco, não realizar distribuição ou pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital social, partes beneficiárias, amortizações de ações, bonificações em dinheiro ou quaisquer outras modalidades de remuneração que seja devida aos acionistas, exceto os dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei 6404/76, limitado a 25% do lucro líquido do período.

O vencimento da dívida de longo prazo está assim demonstrado:

Ano	2020	2019
2021	-	7.985
2022	13.017	5.754
2023	5.564	-
	<u>18.581</u>	<u>13.739</u>

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

31/12/2019	Captação	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2020
28.361	23.621	(15.617)	3.322	(1.993)	37.694
<u>28.361</u>	<u>23.621</u>	<u>(15.617)</u>	<u>3.322</u>	<u>(1.993)</u>	<u>37.694</u>

31/12/2018	Captação	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2019
37.502	13.935	(22.792)	(211)	(73)	28.361
<u>37.502</u>	<u>13.935</u>	<u>(22.792)</u>	<u>(211)</u>	<u>(73)</u>	<u>28.361</u>

Garantias

As linhas de financiamentos possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

Cláusulas restritivas *Covenants*

A Companhia atendeu as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

14 Debêntures

Em 14 de abril de 2014 foi emitida a 2ª emissão de debentures privadas não conversíveis em ações com a liquidação da 1ª emissão:

Classificação da emissão:	2ª emissão
Data da emissão:	14 de abril de 2014
Data final da liquidação:	12 de setembro de 2024
Quantidade:	900
Valor total da emissão:	R\$ 90.000
Espécie:	Debêntures da espécie com garantia real, com garantias adicionais fidejussória e real, nos termos do artigo 58, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações conforme descritas nas cláusulas 4.10 e 4.11 do instrumento particular.
Forma:	Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado.
Remuneração mensal:	A cada debênture a partir de 06 de setembro de 2019: Taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros +1,00% a.a..
Pagamento da remuneração:	Mensalmente, a partir de 12 de maio de 2015.
Pagamento do principal:	R\$ 90.000 serão pagos em 48 parcelas mensais a partir de 12/10/2020, junto com a remuneração mensal.
Garantias:	Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e de empresas ligadas.
Obrigações adicionais - Índices financeiros:	Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,25 de 2017 a 2019. Para 2020, a Companhia obteve <i>waiver</i> em decorrência da pandemia. Para 2021, o índice será igual ou menor que 5,0, em 2022 será igual ou menor 3,5 e em 2023 será igual ou menor 3,0.
Obrigações adicionais – Outras principais	Não haver variação negativa superior a 10% dos ativos imobilizados líquidos do grupo econômico; não distribuição ou pagamento de dividendos de lucros aos acionistas da emissora em valor superior a 50% do lucro líquido limitado a R\$ 7 milhões; e entrega das demonstrações financeiras auditadas até 31 de março de 2021, porém a Companhia obteve <i>waiver</i> até 31 de maio de 2021.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação com vencimento final em 12 de outubro de 2024.

O vencimento da dívida de longo prazo está assim demonstrado:

Ano	2022	2023	2024	Total
	15.030	15.257	58.786	89.073

A Companhia incorreu em custos de captação, os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 199 (R\$ 3 em 2019).

Em 2021, a Companhia assinou o 15º aditamento junto aos debenturistas, o qual contempla as seguintes alterações:

- Taxa da operação: Manutenção de CDI + 1,00% a.a. até setembro de 2021. Caso não ocorra antecipação do pagamento de BRL 40 MM (via alienação de imóveis ou exercício de cash sweep), aumento para taxa de CDI + 2,00% a.a., a partir de outubro de 2021;
- Período de carência: Carência de pagamento de Principal até setembro de 2021;
- Distribuição de dividendos: A Companhia não poderá distribuir dividendos e não poderá realizar mútuos aos acionistas;
- Além do *waiver* do *covenant* financeiro (Dívida líquida/EBITDA) mencionados acima.

Movimentação das debêntures

31/12/2019	Captação	Pagamento principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2020
99.561	-	(6.921)	4.052	(3.713)	92.979
<u>99.561</u>	<u>-</u>	<u>(6.921)</u>	<u>4.052</u>	<u>(3.713)</u>	<u>92.979</u>
31/12/2018	Captação	Pagamento principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2019
100.320	-	(3.280)	4.210	(1.689)	99.561
<u>100.320</u>	<u>-</u>	<u>(3.280)</u>	<u>4.210</u>	<u>(1.689)</u>	<u>99.561</u>

Cláusulas restritivas *covenants*

O contrato de Debênture esta sujeito a cláusulas restritivas, que estabelece a manutenção de índices financeiros e não financeiros conforme acima demonstrado, tomando como base as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo Delga Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia quebrou o *covenant* financeiro (Dívida líquida/EBITDA), porém obteve *waiver* e, portanto, não reclassificou o saldo de debêntures para o passivo circulante.

15 Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores nacionais	51.602	45.450
Fornecedores nacionais - Parte relacionadas (Nota 10b)	3.358	-
Fornecedores estrangeiros	<u>2.505</u>	<u>8.302</u>
	<u>57.465</u>	<u>53.752</u>

Os fornecedores estão representados basicamente por obrigações por compra de insumos e prestação de serviços em geral dentro do curso normal dos negócios.

16 Obrigações trabalhistas e sociais

	2020	2019
Ordenados e salários	7.080	2.659
Encargos sociais - INSS e FGTS	6.952	13.717
Provisão de férias e encargos	12.589	13.168
Rescisões a pagar	542	3
Outras	<u>1.172</u>	<u>5.228</u>
	<u>28.335</u>	<u>34.775</u>

17 Obrigações fiscais e tributárias

	2020	2019
ICMS	4.613	3.805
ISS	81	30
IRRF	38	25
PIS/ COFINS	1.773	2.697
Outros	<u>5.315</u>	<u>5.986</u>
	<u>11.820</u>	<u>12.543</u>

18 Parcelamentos de impostos

	2020	2019
ICMS (i)	46.061	48.551
PGFN PAES Lei 11.941/09	49	3.916
INSS (iii)	25.575	14.712
CPRB	5.553	-
PAES	1.558	-
IPTU	-	6
PERT RFB (ii)	14.667	16.415
PIS E COFINS	<u>8.627</u>	<u>11.851</u>
Total	<u>102.090</u>	<u>95.451</u>
Passivo circulante	28.878	21.445
Passivo não circulante	73.212	74.006

(i) **ICMS**

Entre 2007 e 2020, a Companhia protocolou diversos pedidos de parcelamentos de débitos estaduais relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para amortização em períodos que variam de 7 a 120 meses (até 11/2025). Referidos parcelamentos são atualizados pela taxa SELIC e vem sendo pago de acordo com os cronogramas deferidos.

(ii) **PERT Lei 13.496/17**

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao novo parcelamento nas modalidades RFB e PGFN. Em 31 de dezembro de 2019, houve a consolidação do parcelamento junto a RFB na modalidade DEMAIS- PERT “III b”. Tal modalidade prevê o pagamento, com uma entrada de 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, e o restante parcelado em até 145 prestações mensais e sucessivas (até 04/2030), com redução de 80% dos juros de mora e 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas, conforme o art. 2º da lei nº 13.496/2017.

(iii) **INSS e RFB Lei 11.941/09**

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia optou por transferir todos os débitos existentes no parcelamento PAES federal para o novo programa de parcelamento instituído por meio da Lei nº 11.941/09, chamado de REFIS IV.

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil “RFB” instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretroatável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial.

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo referido parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

O parcelamento está constituído de acordo com as regras previstas na referida Lei, sendo que em 31 de dezembro de 2019, restavam para a Companhia as parcelas de nºs 98 a 180 (82 parcelas) a serem pagas, relativas a débitos referente ao Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º - Demais Débitos - PGFN. Os saldos a pagar de parcelamentos são corrigidos mensalmente pela variação da taxa SELIC.

Em 2 de julho de 2020, a Companhia formalizou nova opção pelo referido parcelamento no valor total de R\$ 16.361, em até 60 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

Escalonamento dos parcelamentos

2021	2022	2023	2024	2025	2026	TOTAL
28.878	27.091	18.453	15.080	6.909	5.679	102.090

19 Adiantamento de clientes

	2020	2019
Adiantamento de clientes	18.592	22.547
Total	<u>18.592</u>	<u>22.547</u>
Circulante	<u>9.925</u>	<u>22.547</u>
Não circulante	<u>8.667</u>	<u>-</u>

Em 2020 a Companhia obteve R\$ 17.000 de adiantamento de clientes por conta de dois contratos junto à clientes decorrentes de alguns acordos comerciais firmados.

Um dos contratos no valor de R\$ 10.000 possui o prazo de 36 meses e prevê um bônus de performance financeira no valor máximo de R\$ 5.000 caso a Companhia atinja certos KPI's acordados nos três períodos determinados em contrato.

O bônus acima será calculado de maneira proporcional, sendo que o mínimo a ser atingido pela Companhia para fazer jus ao bônus é de 70% em cada um dos três períodos.

O adiamento será liquidado considerando a compensação do saldo a pagar com o saldo a receber pela Companhia pelo fornecimento de peças, em 36 parcelas mensais e iguais no montante de R\$ 277, sendo a primeira parcela a partir de abril de 2021.

O outro contrato no montante de R\$ 7.000 possui o prazo de 24 meses e será liquidado também considerando compensação do saldo a pagar com o saldo a receber pela Companhia pelo fornecimento de peças, em 18 parcelas mensais e iguais no montante de R\$ 389, sendo a primeira parcela a partir de maio de 2021.

20 Provisões para perdas em processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

A administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, efetua análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão com risco de perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza	31/12/2018	Adições	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Trabalhistas	1.468	-	1.468	-	1.468
	<u>1.468</u>	<u>-</u>	<u>1.468</u>	<u>-</u>	<u>1.468</u>

A Companhia possui depósitos judiciais nos montantes de R\$ 2.393, em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.446 em 2019), para fazer face aos processos atualmente discutidos judicialmente.

Processos possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui contingências passivas trabalhistas no montante de R\$ 13.693 (R\$ 30.403 em 2019 – trabalhistas e tributárias em 2019), que na opinião de seu consultores jurídicos a probabilidade de perda é classificada como possível. A redução se deu essencialmente por conta de uma ação de execução fiscal no montante de R\$ 21.850, composta por três inscrições, que a Companhia fez um acordo e o valor foi reduzido para R\$ 4.160, o qual foi parcelado para pagamento.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 47.299, representado por 47.298.832 ações ordinárias nominativas no valor nominal unitário de R\$1,00 cada uma, integralmente subscritas e integralizadas pelos sócios, cuja abertura é conforme segue:

Acionista	Quantidade de ações	Valor
Delga Participações S.A.	47.298.830	47.299
Maria Ione Vittolo Delgado	<u>2</u>	<u>-</u>
	<u>47.298.832</u>	<u>47.299</u>

Não houve qualquer movimentação no capital social da Companhia nos exercícios de 2020 e 2019.

b. Reserva legal

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, deverão ser aplicados 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado a cada exercício na constituição de reserva legal, até que o seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social, desde que a Companhia não tenha prejuízos acumulados superiores ao lucro auferido.

c. Política de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76, no estatuto social.

22 Receita líquida

	2020	2019
Receita de venda de mercadorias	458.558	739.831
Receita de ferramental	34.826	51.348
Outras	344	655
Deduções da receita	<u>(109.223)</u>	<u>(164.894)</u>
Receita líquida	<u>384.505</u>	<u>626.940</u>

A rubrica de deduções da receita está assim composta:

	2020	2019
Devoluções	(3.157)	(7.667)
ICMS	(68.923)	(97.055)
PIS	(6.611)	(10.747)
COFINS	(30.505)	(49.384)
Outros	(27)	(41)
	<u>(109.223)</u>	<u>(164.894)</u>
Total de deduções da receita	<u>(109.223)</u>	<u>(164.894)</u>

23 Custos dos produtos vendidos

	2020	2019
Mão de obra direta	(74.559)	(77.442)
Materiais diretos	(221.556)	(310.332)
Outros custos diretos	(37.957)	(49.744)
Depreciações e amortizações	(14.101)	(12.543)
Custos indiretos de fabricação	(51.726)	(115.208)
	<u>(399.899)</u>	<u>(565.269)</u>

24 Despesas administrativas e gerais

	2020	2019
Despesa com pessoal	(11.300)	(12.946)
Serviços de consultoria	(10.336)	(2.952)
Gastos mercadológicos	(198)	(167)
Depreciações e amortizações	(192)	(821)
Seguros	(283)	(878)
Gastos com tecnologia da informação	(1.609)	(1.927)
Impostos e taxas	(261)	(179)
Outras	(868)	(6.161)
	<u>(25.047)</u>	<u>(26.031)</u>

25 Outras receitas operacionais

	2020	2019
Crédito Ação PIS e COFINS - Exclusão ICMS - Principal - Nota 9	58.134	-
Juros ação PIS e COFINS	-	1.795
Resultado na venda de ativo imobilizado	968	(296)
Outras receitas operacionais diversas	633	579
Renegociação de debênture	-	6.761
Ganho parcelamento	-	910
	<u>59.735</u>	<u>9.749</u>

26 Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras

	2020	2019
Juros e descontos	1.533	2.109
Rendimentos de aplicações financeiras	45	118
Variação monetária ativa	-	327
Receita Selic	1.574	1.730
Juros ação PIS e COFINS - Exclusão ICMS - Nota 9	27.997	-
Variação cambial ativa	1.616	3.829
	<u>32.765</u>	<u>8.113</u>

Despesas financeiras

	2020	2019
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.734)	(23.132)
Juros, descontos e IOF	(1.930)	(3.785)
Tarifas bancárias	(162)	(303)
Variação cambial passiva	(2.087)	(3.254)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	(5.360)
Multa de mora	(190)	(5.702)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.446)	(2.414)
Juros e encargos sobre parcelamentos	(6.923)	-
Outras	(3.275)	(4.203)
	<u>(23.747)</u>	<u>(48.153)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>9.018</u>	<u>(40.040)</u>

27 Imposto de renda e contribuição social

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	28.312	5.349
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(9.626)	(1.819)
Adição permanente de despesas não dedutíveis	2.381	353
Exclusão permanente de receitas não tributáveis	(1.048)	-
Outros	(749)	(158)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(9.042)	(1.624)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício corrente	(10.045)	(1.624)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício diferido	1.003	-

b. Composição do imposto de renda e contribuição social a recolher

	2020	2019
Imposto de renda a recolher	7.380	1.198
Contribuição social a recolher	2.664	426
Total	10.044	1.624

c. Composição dos passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2020	2019
Depreciação	-	(1.003)
Passivo fiscal diferido	-	(1.003)

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de diferenças temporária. Em 31 de dezembro de 2020 o montante de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL não reconhecidos são de R\$ 24.042 (R\$ 39.627 em 31 de dezembro de 2019). Os impostos fiscais diferidos não foram reconhecidos em relação a esses itens, pois a Companhia não tem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes, com base em estudo de viabilidade técnica, o que permitiria o registro de impostos fiscais diferidos conforme exigido pela norma contábil.

28 Lucro básico por ação

O cálculo do lucro por ação foi baseado no lucro do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias, conforme segue:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	19.270	3.725
Quantidade de ações ordinárias (nota nº 21)	47.298.832	47.298.832
Lucro por ação (em R\$)	0,00041	0,00008

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não havia ações ordinárias em circulação nem qualquer efeito diluidor.

29 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		2020		2019	
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	9.152	-	165
Aplicações financeiras	6	9.303	-	1.741	-
Contas a receber de clientes	7	-	13.129	-	33.077
Outros créditos		-	925	-	736
Empréstimos à partes relacionadas	10a	-	5.825	-	5.325
		9.303	29.031	1.741	39.303

		2020		2019	
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	13	-	37.694	-	28.361
Debêntures	14	-	92.979	-	99.561
Fornecedores	15	-	57.465	-	53.752
Adiantamento de clients	19	-	18.592	-	22.547
Empréstimos à partes relacionados	10b	-	1.804	-	2.274
Arrendamentos a pagar		-	13.030	-	-
Outras contas a pagar		-	7.008	-	1.298
		-	228.572	-	207.793

Valor justo dos instrumentos financeiros

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia estão substancialmente concentradas em aplicações CDB, indexadas à variação do CDI (100% do CDI). As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, não divergem dos saldos contábeis.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui práticas e procedimentos para minimizar riscos de mercado, tais como risco de crédito, de variação cambial e flutuação de taxa de juros. As exposições aos riscos são monitoradas periodicamente.

a. Risco de crédito

Decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto e realiza também a antecipação de pagamentos antes do faturamento limite. No que tange às instituições financeiras, a Companhia procura realizar suas operações com instituições financeiras de baixo risco. Para contas a receber por vendas, a Companhia não possui provisão para perdas esperadas de créditos, conforme mencionado na Nota explicativa nº 7.

b. Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos produtos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia e dos demais materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

c. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas.

d. Risco de taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos da Companhia ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia não opera com mecanismos de *hedge* e outras modalidades de proteção para exposição cambial.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira (Dólar) foi a seguinte - base em valores nominais:

	2020	2019
Clientes do exterior (Nota nº 7)	325	498
Fornecedores do exterior (Nota nº 15)	<u>(2.505)</u>	<u>(2.060)</u>
Exposição bruta do balanço patrimonial	<u>(2.180)</u>	<u>(1.562)</u>

Taxas de câmbio utilizadas em 31 de dezembro de 2020

USD/BRL 5,1961

Análise de sensibilidade sobre variação cambial

Exposição patrimonial	Exposição	Taxa de câmbio em 31/12/2020	Cenários				
			I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Clientes do Exterior	63	5,196	325	409	491	246	164
Fornecedores do Exterior	(482)	5,196	<u>(2.505)</u>	<u>(3.131)</u>	<u>(3.757)</u>	<u>(1.878)</u>	<u>(1.252)</u>
Impacto no resultado			<u>(2.180)</u>	<u>(2.721)</u>	<u>(3.266)</u>	<u>(1.633)</u>	<u>(1.089)</u>

Análise de sensibilidade sobre variação na taxa de juros

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas divulgadas pelo Itaú BBA. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros esperada em 31/12/2021	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Aplicações financeiras	9.303	Redução do CDI	5,39%	501	627	752	376	251
Debêntures	(92.979)	Aumento do CDI	5,39%	(5.012)	(6.264)	(7.517)	(3.759)	(2.506)
Empréstimos e financiamentos	(37.694)	Aumento do CDI	5,39%	(2.032)	(2.540)	(3.048)	(1.524)	(1.016)
Impacto no resultado				(6.543)	(8.177)	(9.813)	(4.907)	(3.271)

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

Os valores dos passivos financeiros representam a exposição máxima de liquidez. A exposição de risco de liquidez na data destas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxo de caixa	Até o 1º ano	Do 2º Ano	Do 3º ao 5º ano
Empréstimos e financiamentos (Nota nº13)	37.694	37.694	21.113	13.017	3.564
Debêntures (Nota nº 14)	92.979	92.979	3.906	15.030	74.043
Fornecedores (Nota nº15)	57.465	57.465	57.465	-	-
Adiantamento de clientes (Nota nº 19)	18.592	18.592	18.592	-	-
Partes relacionadas (Nota nº10b)	1.804	1.804	1.804	-	-
Arrendamentos a pagar (Nota nº 11)	13.030	13.030	2.766	2.766	7.498
Outras contas a pagar	7.008	7.008	2.088	2.363	2.557
	228.572	228.572	107.734	33.176	87.662

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxo de caixa	Até o 1º ano	Do 2º Ano	Do 3º ao 5º ano
Empréstimos e financiamentos (Nota nº13)	28.361	28.361	13.188	10.128	5.045
Debêntures (Nota nº 14)	99.561	99.561	99.561	-	-
Fornecedores (Nota nº15)	53.752	53.752	53.752	-	-
Adiantamento de clientes (Nota nº 19)	22.547	22.547	22.547	-	-
Partes relacionadas (Nota nº10b)	2.274	2.274	2.274	-	-
Outras contas a pagar	1.298	1.298	1.298	-	-
	<u>207.793</u>	<u>207.793</u>	<u>192.620</u>	<u>10.128</u>	<u>5.045</u>

Valor justo x valor contábil

O valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima do valor contábil em 31 de dezembro de 2020 e 2019, sem haver variação significativa de valor.

30 Eventos subsequentes

Impactos do COVID-19

A Companhia iniciou 2021 bastante otimista em relação a retomada do volume de negócios de 2019 já no exercício corrente, baseada nas projeções de produção dos clientes e nos novos projetos para os quais foi nomeada.

De janeiro a março de 2021, a Companhia apresentou um faturamento líquido 43,1% superior ao registrado no mesmo período de 2020.

A Administração julga que a Companhia está saindo fortalecida da crise e melhor preparada para lidar com as preocupações e incertezas que ainda pairam sobre os negócios e a economia em geral, e segue acompanhando os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras.

* * *

Antonio Augusto Delgado Junior
Diretor Presidente

Mauro Koji Noda
Diretor Administrativo Financeiro

Confirp Consultoria Contabil Ltda
Contador CRC 2SP.014.230/O-3